

6161 230 07

O GLOBO

20 DEZ 1979

Assembleia

Constituinte, um tema para depois de 1982

P2

Ao admitir ontem, mesmo cercando suas palavras de condicionais cautelosas, a tese da Assembleia Constituinte, o ministro da Justiça, Petrólio Portela, antecipou uma etapa importante do projeto político do governo, prevista nos calendários dos iniciados para após as eleições gerais de 1982. Foi o senador Amaral Peixoto, recém-entrado no Partido Democrático, quem levantou a questão, obrigando o ministro da Justiça a abordar publicamente um assunto que, até o momento, era apenas conversado discretamente em reuniões informais do Governo.

Faz algum tempo que os principais articuladores políticos do Palácio do Planalto sentiam a necessidade de pensar com mais profundidade na Constituinte, tema levantado pela Oposição como bandeira política. Mas o Governo não pretende fazer o jogo da Oposição aceitando a convocação de uma eleição para uma Assembleia Nacional Constituinte que substitua o Congresso com a finalidade específica de elaborar uma nova Constituição para o País.

Admitir a necessidade de elaborar uma Constituição que reúna, de forma ordenada, os muitos textos que hoje compõem a Constituição em vigor é uma coisa, dizem os pensadores políticos do Governo. Outra, bem diferente, é tentar mobilizar a nação, a pretexto de uma Constituinte, para alterar aspectos fun-

damentais do regime. Por isso, o Governo não pretende esquentar o debate sobre a Constituinte e nem quer colocar o tema como prioritário. Pelos cálculos iniciais do Governo, o tema não deve ser colocado antes da campanha eleitoral para não transformar as eleições de 82 em uma virtual campanha pela Constituinte.

Isso, segundo o Governo, se acontecesse, transformaria o caráter da eleição, tornando, em consequência, seu resultado atípico. O Governo, ao contrário, pretende realizar eleições para que o peso político de cada novo partido fique determinado nas urnas. A partir dessa constatação de forças, o Governo vai colocar o tema em discussão e, aproveitando o novo Congresso pluripartidário, fazer uma reforma profunda na Constituição. A idéia inicial é fazer um texto conciso, com diretrizes gerais imutáveis, deixando para a legislação ordinária a decisão sobre questões menores, que podem ser alteradas sem que mude a essência do regime.

Como o Partido Popular do senador Tancredo Neves e do deputado Magalhães Pinto já anunciou que, em seu programa, a Constituinte terá um destaque importante, é de se supor que esse tema domine as discussões políticas do País após as eleições de 82. Mesmo porque, nos próximos dois anos, os partidos estão empenhados em sua organização e na campanha eleitoral propriamente dita.